



DECRETO Nº 3545

de 03 de novembro de 2025

Dispõe sobre o afastamento temporário não remunerado de Secretários Municipais para tratar de interesses particulares, e dá outras providências.

O PREFEITO DE CORUMBÁ, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 82, VII, da Lei Orgânica do Município, e CONSIDERANDO que os Secretários Municipais são agentes políticos, ocupantes de cargos em comissão, de livre nomeação e exoneração, submetidos ao regime de subsídio, nos termos do art. 39, § 4º, da Constituição Federal; CONSIDERANDO que o pagamento de quaisquer vantagens, adicionais ou hipóteses de afastamento remunerado a agentes políticos depende de previsão em lei específica, em observância ao art. 37, X, da Constituição Federal e à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (Tema 484 - RE 650.898/RS); CONSIDERANDO que o afastamento sem remuneração e sem ônus para o erário, para tratar de interesses particulares, não configura benefício financeiro nem altera o regime remuneratório, tratando-se de medida de organização administrativa interna, desde que preservada a continuidade do serviço público e respeitados os princípios do art. 37, caput, da Constituição Federal; CONSIDERANDO a solicitação apresentada na Comunicação Interna nº 122/2025, pela Secretaria Municipal de Planejamento, Receita e Administração, constante do Processo Administrativo nº 33.268/2025; CONSIDERANDO, por fim, o teor do Parecer Jurídico Procurador-Geral nº 151/2025, da Procuradoria-Geral do Município, que reconhece a viabilidade de afastamento não remunerado de Secretários Municipais, por ato do Prefeito, desde que padronizado por Decreto e formalizado por portaria individual, D E C R E T

A:

CAPÍTULO I

DO AFASTAMENTO NÃO REMUNERADO POR MOTIVO

PARTICULAR

~~**Art. 1º** Este Decreto disciplina o afastamento temporário não remunerado, para tratar de interesses particulares, dos Secretários Municipais de Corumbá, sem prejuízo da continuidade administrativa da respectiva Pasta.~~

~~**Parágrafo único.** O afastamento de que trata este Decreto:~~

~~**I** - não constitui férias, licença especial ou qualquer outra espécie de afastamento remunerado;~~

~~**II** - não gera direito a qualquer vantagem pecuniária, retribuição ou indenização a cargo do Município;~~

~~**III** - não prejudica a faculdade de exoneração ad nutum do cargo de Secretário Municipal.~~

~~**Art. 2º** O Secretário Municipal poderá, a critério do Prefeito, ser autorizado a afastar-se temporariamente do exercício do cargo, sem remuneração e sem ônus para o erário, para tratar de interesses particulares, observados os seguintes limites:~~

~~**I** - prazo máximo de 30 (trinta) dias por ano, contados em período de 12 (doze) meses;~~

~~**II** - possibilidade de fracionamento do afastamento, em períodos não inferiores a 5 (cinco) dias consecutivos, desde que respeitado o limite anual previsto no inciso I;~~

~~**III** - inexistência de prejuízo relevante à continuidade dos serviços da Pasta, devidamente demonstrada na instrução do pedido.~~

~~**§ 1º** O afastamento poderá ocorrer independentemente da conclusão do primeiro período aquisitivo de férias, não se confundindo com estas.~~

~~**§ 2º** O Prefeito poderá, mediante decisão fundamentada, indeferir o pedido ou fixar prazo inferior ao solicitado, sempre que o exigir o interesse público.~~

CAPÍTULO II

DO PROCEDIMENTO E DOS ATOS FORMAIS

~~**Art. 3º** O afastamento de que trata este Decreto será precedido de requerimento formal do Secretário interessado, dirigido ao Prefeito Municipal, contendo, no mínimo:~~

~~**I** - identificação do requerente e da Pasta;~~

~~**II** - indicação do período pretendido (data de início e término), com eventual proposta de fracionamento;~~

~~**III** - exposição sucinta dos motivos do afastamento;~~

~~**IV** - manifestação sobre as medidas adotadas para assegurar a continuidade das atividades essenciais da Pasta durante o período pretendido.~~

~~**§ 1º** O requerimento deverá ser apresentado com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis da data de início pretendida, salvo motivo excepcional devidamente justificado, a juízo do Prefeito.~~

~~**§ 2º** O pedido poderá ser instruído, sempre que necessário, com manifestação da Secretaria de Planejamento, Receita e Administração quanto aos aspectos administrativos.~~

~~**Art. 4º** A decisão sobre o afastamento competirá exclusivamente ao Prefeito Municipal, que a formalizará por meio de ato publicado no Diário Oficial do Município.~~

~~**§ 1º** O ato de autorização de afastamento indicará, obrigatoriamente:~~

~~**I** - nome do Secretário afastado;~~

~~**II** - período exato do afastamento;~~

~~**III** - referência expressa de que o afastamento será sem remuneração e sem ônus para o erário;~~

~~**IV** - designação do substituto que responderá pela Pasta durante o período;~~

~~**V** - determinação de publicação no Diário Oficial do Município.~~

~~**§ 2º** A Secretaria de Planejamento, Receita e Administração será comunicada do afastamento, para fins de registro e controle.~~

CAPÍTULO III

~~DA SUBSTITUIÇÃO E DOS EFEITOS DO AFASTAMENTO~~

~~**Art. 5º** Durante o período de afastamento, a Secretaria será dirigida por substituto formalmente designado no ato de autorização, que poderá ser:~~

~~**I** - Secretário-Adjunto ou servidor ocupante de cargo em comissão da própria Pasta; ou~~

~~**II** - outro Secretário Municipal, quando entender o Prefeito ser medida mais conveniente à Administração.~~

~~**Parágrafo único.** O substituto exercerá, no período, as atribuições ordinárias de gestão, sem prejuízo de suas funções originais, salvo disposição expressa em contrário no ato de designação.~~

~~**Art. 6º** No período de afastamento não remunerado, o Secretário Municipal:~~

~~**I** - não fará jus ao subsídio mensal correspondente, nem a diárias, ajuda de custo ou quaisquer vantagens pecuniárias pagas pelo Município;~~

~~**II** - não contará o tempo de afastamento para fins de aquisição de férias, adicional de tempo de serviço ou outra vantagem que dependa de efetivo exercício;~~

~~**III** - não poderá celebrar atos administrativos de gestão em nome da Pasta, salvo em situação excepcional e expressamente autorizada pelo Prefeito, mediante novo ato formal.~~

CAPÍTULO IV

DO RETORNO E DA REVOGAÇÃO

~~**Art. 7º** O término do afastamento dar-se-á automaticamente na data fixada no ato de autorização, com o retorno do titular ao exercício do cargo, independentemente de novo ato, ressalvada hipótese de prorrogação formalmente autorizada.~~

~~**Art. 8º** O Prefeito poderá, a qualquer tempo, revogar o afastamento ou determinar o retorno antecipado do Secretário ao exercício do cargo, por motivo de relevante interesse público, mediante decisão fundamentada.~~

~~**Parágrafo único.** Na hipótese do caput, o Secretário será cientificado,~~

sempre que possível, com antecedência razoável, devendo reassumir suas funções na data indicada no ato de revogação.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

~~**Art. 9º** A concessão de afastamentos com fundamento neste Decreto será registrada e consolidada pela Secretaria de Planejamento, Receita e Administração, que poderá expedir orientações complementares quanto aos procedimentos administrativos internos.~~

~~**Art. 10.** Ficam vedadas quaisquer interpretações que resultem em concessão de afastamento remunerado por motivo particular a Secretários Municipais, hipótese que dependerá de lei municipal específica.~~

~~**Art. 11.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.~~

~~(REVOGADO)~~

1º.

Art. 1º Fica declarada a nulidade do Decreto nº 3.545/2025, que "Dispõe sobre o afastamento temporário não remunerado de Secretários Municipais para tratar de interesses particulares, e dá outras providências", com o consequente restabelecimento pleno da disciplina anterior sobre o tema, nos termos da legislação municipal vigente.

Art. 2º A anulação de que trata o artigo anterior produzirá efeitos retroativos, alcançando a situação desde sua origem.

Art. 3º A Procuradoria-Geral do Município e a Secretaria Municipal de Planejamento, Receita e Administração adotarão, no âmbito de suas competências, as providências necessárias ao integral cumprimento deste Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registra-se e Publica-se

GABRIEL ALVES DE OLIVEIRA PREFEITO DE CORUMBÁ
CAMILA CAMPOS DE CARVALHO SECRETARIA MUNICIPAL
DE PLANEJAMENTO, RECEITA E ADMINISTRAÇÃO

Decreto Nº 3545/2025 - 03 de novembro de 2025

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em